

CARLOS ALBERTO BEGALLES

EMBARGOS À EXECUÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO: QUESTÕES POLÊMICAS

RECIFE 2002

CARLOS ALBERTO BEGALLES

EMBARGOS À EXECUÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO: QUESTÕES POLÊMICAS

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Prof. Orientador: Dr. Bento Herculano Duarte Neto

RECIFE

2002

CARLOS ALBERTO BEGALLES

EMBARGOS À EXECUÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO: QUESTÕES POLÊMICAS

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DIREITO

COMISSÃO JULGADORA

Presidente e Orientador: _____

Para Aline.

Agradecimento

Ao professor Doutor Bento Herculano Duarte Neto, que se colocou à disposição para me orientar, mesmo com toda a sobrecarga acadêmica e profissional.

RESUMO

Parte-se de uma análise diacrônica da impugnação por parte do devedor à execução no Direito Romano, no Direito Medieval, no Direito Português até chegar ao Direito Brasileiro. Estudam-se a natureza jurídica dos embargos à execução, as normas que lhe são aplicáveis, a competência para julgamento, a legitimidade, os prazos para apresentação dos embargos à execução, dando-se ênfase no depósito em dinheiro para garantia da execução, na segunda penhora, no reforço da penhora, na execução provisória e na pluralidade de devedores; em seguida discorre-se sobre a petição inicial dos embargos à execução e as matérias alegáveis, em especial a prescrição do débito, a falta ou nulidade de citação; por fim, analisa-se o procedimento dos embargos à execução. Quanto ao método da pesquisa, que é bibliográfica, procede-se a uma revisão da escassa doutrina que trata do tema e também da jurisprudência dos pretórios trabalhistas. Opta-se, pois, por uma pesquisa não empírica, sem alcance à doutrina comparada, em face da particularidade do tema enfocado. Assim, este estudo atinge seu objetivo precípuo que é fazer uma reflexão sobre os pontos críticos dos embargos à execução na Justiça do Trabalho, sob prisma jurídico, reflexão de que parece carecer a literatura jurídica nacional.

ABSTRACT

The departure point of this study is a diachronic analysis of an impugnation of the execution from the debtor, which follows the precepts established by the Roman Law, Medieval Law and Portuguese Law, before arriving at the Brazilian Law. The legal nature of stays of execution, the applicable norms, the trial jurisdiction, the legitimacy, the deadlines for filing stays of execution, are all studied and emphasis is given to the cash deposit which guarantees the execution, to the second seizure, and to the reinforcement of seizure, to the provisional execution and to the plurality of debtors. The discussion proceeds and encompasses the initial petition of the stays of execution and the pleading matters, giving special emphasis to the issue of a statute of limitations for debts, fault or nullity of a citation. Finally, the paper analyses the procedures for stays of execution. As far as research methods are concerned, as the source is primarily bibliographic, a review is made on the scarce doctrine on this theme and also on the jurisprudence established by labor courts. The option is then made for a non-empirical research, which does not contemplate the compared doctrine, in view of the particularities of the theme. Thus, this study attains its main goal, which is to provoke a reflection on the critical issues pertaining to the stays of execution in Labor Courts, from a legal standpoint. It seems that the national legal literature is lacking in such an analysis.

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

1.1 Direito Romano.

1.1.1 Período das *Legis Actiones*.

1.1.1.1 *Manus iniectio*.

1.1.1.2 *Pignoris capio*.

1.1.2 Período *Per Formulas*.

1.1.2.1 *Actio iudicati*.

1.1.2.2 *Bonorum venditio*.

1.1.2.3 *Bonorum distractio*.

1.1.2.4 *Pignoris capio ex causa*.

1.1.3 Período *Cognitio extraordinem*.

1.2 Direito Medieval.

1.3 Direito Português.

1.4 Direito Brasileiro.

1.5 Direito Processual do Trabalho

2. NATUREZA JURÍDICA

2.1 Embargos com natureza jurídica de defesa.

2.2 Embargos com natureza jurídica de pedido de reconsideração.

2.3 Embargos como ação.

3. NORMAS JURÍDICAS APLICÁVEIS AOS EMBARGOS

4. COMPETÊNCIA

4.1 Competência para os títulos executivos judiciais.

4.2 Competência para os títulos executivos extrajudiciais.

4.3 Execução por carta.

5. LEGITIMIDADE

5.1 Legitimidade ativa e passiva nos embargos à execução.

5.2 Sucessão de empregadores.

5.3 Grupo econômico.

5.4 Sócios.

CAPÍTULO II

6. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DOS EMBARGOS

- 6.1 Contagem. Início.
- 6.2 Depósito em dinheiro para garantia da execução.
- 6.3 Segunda penhora.
- 6.4 Reforço da penhora.
- 6.5 Execução provisória.
- 6.6 Intimação por carta precatória.
- 6.7 Intimação por edital.
- 6.8 Nomeação de bens.
- 6.9 Pluralidade de devedores.
- 6.10 Administração Pública Direta, Autarquia e Fundações.
- 6.11 Obrigação para entrega de coisa.
- 6.12 Obrigação de fazer.

CAPÍTULO III

7. PETIÇÃO INICIAL DOS EMBARGOS

- 7.1 Requisitos.
- 7.2 Juiz ou Tribunal a que é dirigido.
- 7.3 Os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu.
- 7.4 O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
- 7.5 O pedido com as suas especificações.
- 7.6 O valor da causa.
- 7.7 Provas.

CAPÍTULO IV

8. MATÉRIAS ALEGÁVEIS NOS EMBARGOS

- 8.1 Cumprimento da decisão, acordo e quitação.
- 8.2 Prescrição da dívida.
- 8.3 Falta ou nulidade de citação.
- 8.4 Inexigibilidade do título.
- 8.5 Cumulação indevida de execuções.
- 8.6 Excesso de execução.
- 8.7 Novação, compensação e transação.
- 8.8 Incompetência, suspeição e impedimento.

9. PROCEDIMENTO

9.1 Citação do embargado.

9.2 Indeferimento liminar dos embargos.

9.3 Revelia.

9.4 Instrução dos embargos.

9.5 Sentença

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA